



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 09146/18

JURISDICIONADO: Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado - SUPLAN

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente à Reforma e Ampliação da Escola E.E.FM. Dorgival Silveira, em São Francisco.

ASSUNTO: Denúncia, com pedido de medida cautelar, em face do Edital de Tomada de Preços nº 015/2018 - SUPLAN

RELATOR: Conselheiro Substituto Antônio Cláudio Silva Santos

Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado - SUPLAN. Edital de Tomada de Preços nº 015/2018, do tipo menor preço, destinado à contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente à Reforma e Ampliação da Escola E.E.FM. Daniel Carneiro, em Riacho dos Cavalos. Denúncia, com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa PJF Almeida Construções e Serviços EIRELI - ME. Análise preliminar dos fatos e do Edital pela Auditoria do Tribunal. Indícios de irregularidades/falhas, capazes de acarretar prejuízo jurídico e/ou econômico à Administração Pública, bem como aos licitantes. Pedido de suspensão do procedimento licitatório, com notificação dos responsáveis, formulado pela DICOG I. Concessão da cautelar para suspensão do Edital, sob pena de multa, por decisão monocrática do Relator. Notificação das Autoridades responsáveis para apresentação de esclarecimentos acerca das irregularidades/falhas apontadas.

DECISÃO SINGULAR DS2 TC 00012 /2018

RELATÓRIO

Trata-se de denúncia, com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa PJF ALMEIDA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME, em face do Edital de Tomada de Preços nº 015/2018, do tipo menor preço, emitido pela Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado – SUPLAN, destinado à contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente à Reforma e Ampliação da Escola E.E.FM. Dorgival Silveira, em São Francisco.

A DICOG I, em seu relatório de fls. 56/64, após a análise da denúncia e do Edital, assim se manifestou:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 09146/18

I. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS, EM RELAÇÃO AO SUBITEM 10.5.1"b", QUE EXIGE O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CREA/CAU.

Analisado os argumentos da denunciante, a Auditoria apresenta o seguinte entendimento:

1. No tocante à qualificação técnica a ser demonstrada na fase de habilitação, a Lei nº 8.666/1993, no seu Art. 30, II, assim dispõe:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

2. Do exposto, tem-se que tal comprovação de aptidão para desempenho das atividades a serem licitadas deve ser feita através da demonstração de capacidade técnico-profissional, bem como de capacidade técnico-operacional.

O Art. 30, § 1º, I, da Lei nº 8.666/1993, trata da capacidade técnico-profissional, conforme descrito abaixo:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 09146/18

Já o inciso II do Art. 30, que trata da capacidade técnico-operacional, encontra-se vetado, não existindo assim dispositivo legal acerca do assunto.

No tocante à comprovação de tais capacidades perante as comissões de licitação com vistas à habilitação técnica, a mesma será feita através de atestados de capacidade técnica emitidos pelo CREA.

A Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA trata dos atestados nos seguintes termos:

1. Do atestado

O atestado é a declaração fornecida pelo contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.

1.1. É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.

(...)

1.3. Recomendação

Esclarecer às comissões de licitação, aos profissionais e às empresas que:

- *O atestado registrado no CREA constituirá prova da capacidade técnico profissional para qualquer pessoa jurídica desde que o profissional citado na CAT:
 - Esteja a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico, conforme Certidão de Registro e Quitação da pessoa jurídica; ou ☒
 - Venha ser a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico, conforme declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.*
- *O CREA não emitirá CAT em nome da pessoa jurídica contratada para prova de capacidade técnico-operacional por falta de dispositivo legal que o autorize a fazê-lo. (grifo nosso)*

Da análise dos dispositivos legais supracitados, verifica-se não ser possível exigir no edital dos certames licitatórios, que os licitantes comprovem sua capacidade técnico-operacional por meio de atestados registrados no CREA.

Dessa forma, a SUPLAN ao exigir que o(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional a ser(em) apresentado(s) pelos licitantes esteja(m) devidamente registrado(s) no CREA/CAU, limita



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 09146/18

consideravelmente o universo de participantes no certame, conforme disciplina o Art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/1993.

II. A AUDITORIA EM UMA ANÁLISE DE OUTROS ITENS DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2018, VERIFICOU OUTROS ELEMENTOS QUE NÃO FORAM OBJETO DA DENÚNCIA, QUE DEMONSTRAM FALHAS NO CERTAME, PODENDO CAUSAR PREJUÍZOS INSANÁVEIS À ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO AOS POSSÍVEIS LICITANTES, A SABER:

O subitem 10.2.1"e", exige como requisito de habilitação jurídica o seguinte documento:

10.2.1 - Para habilitação jurídica o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

(...)

e) Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata.

O Art. 17, II, da Lei 6.938/1981, dispõe da seguinte maneira:

Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

(...)

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

(grifo nosso)

Verifica-se do disposto acima, que o referido cadastro é obrigatório para pessoas físicas e jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras ao meio ambiente. Sendo o cadastro de responsabilidade do IBAMA, o referido Instituto através da Instrução Normativa nº 06, de 15/03/2013, em seu anexo I, dispõe quais seriam essas atividades. No tocante a Obras Civas, as atividades são as seguintes:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 09146/18

| | | |
|-------------|--------|---|
| Obras civis | 22 - 1 | Rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos |
| | 22 - 2 | Construção de barragens e diques |
| | 22 - 3 | Construção de canais para drenagem |
| | 22 - 4 | Retificação do curso de água |
| | 22 - 5 | Abertura de barras, embocaduras e canais |
| | 22 - 6 | Transposição de bacias hidrográficas |
| | 22 - 7 | Construção de obras de arte |
| | 22 - 8 | Outras construções |
| | 22 - 9 | Sondagem e perfuração de poços tubulares (artesianos) |

A obra objeto da Tomada de Preços nº 015/2018, trata dos serviços de REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA E.E.F.M. DORGIVAL SILVEIRA, EM SÃO FRANCISCO/PB. Conforme descrito na tabela supra, serviços de reforma não estão contemplados como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Por conseguinte, o Art. 28, I a V, da Lei 8.666/1993 determina um rol de documentos necessários à habilitação jurídica dos licitantes, quais sejam:

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Da análise dos dispositivos da lei de licitações descritos acima, constata-se um rol exaustivo de documentos a ser exigido como habilitação jurídica dos licitantes. Destarte, este Órgão Técnico entende que a exigência do Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, extrapola o previsto acima, tendo em vista que qualquer exigência contida no edital de licitação em relação à habilitação dos licitantes deve estar vinculada ao descrito na lei nº 8.666/1993, bem como, estar vinculada exclusivamente ao cumprimento do objeto licitado e não à



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 09146/18

natureza das atividades desenvolvidas pelas empresas que eventualmente possam se interessar pelo certame.

Destarte, entende esta Auditoria que a exigência de comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, fere o disposto no Art. 37, XXI, da CF/88, bem como, o disposto no Art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/1993.

Em face do exposto, e considerando indícios suficientes de vícios na condução da Tomada de Preços ora em análise, e que a não suspensão do procedimento na fase em que se encontra acarretará grave prejuízo jurídico e econômico à administração bem como aos licitantes, e tendo-se em vista que a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços irá ocorrer no dia 24 de maio de 2018, recomenda a DICOG I/DEAGE, com base no art. 195, §1º do Regimento Interno a CONCESSÃO DE CAUTELAR com vistas a suspender a Tomada de Preços nº 015/2018, bem como, NOTIFICAR a autoridade responsável da SUPLAN, para que tome as seguintes providências:

- a) Retirar do edital do certame, a exigência contida no subitem 10.2.1"e";
- b) Retirar a expressão "devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados", contida no subitem 10.5.1,"b";
- c) Republicar o Edital da Tomada de Preços nº 015/2018 com as alterações propostas por esta Auditoria.

DECISÃO DO RELATOR

CONSIDERANDO o entendimento da DIAFI/DEAGE/DICOGI, Unidade Técnica de instrução do Tribunal de Contas, que concluiu por haver indícios de irregularidade do Edital capazes de acarretar grave prejuízo jurídico e/ou econômico à Administração Pública, bem como aos licitantes participantes;

DECIDO, com base no art. 195, § 1º, do Regimento Interno do TCE/PB, emitir a presente medida cautelar para SUSPENDER, sob pena de cominações legais por descumprimento desta decisão, o andamento, na fase em que se encontra, do procedimento licitatório decorrente do Edital de Tomada de Preços nº 015/2018, promovido pela Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado – SUPLAN, destinado à contratação de empresa de engenharia especializada para realização da obra de Reforma e Ampliação da Escola E.E.F.M Dorgival Silveira, em São Francisco, com fixação do prazo de 15 (quinze) dias à superintendente da SUPLAN, Srª Simone Cristina Coelho Guimarães, e ao presidente da Comissão Permanente de Licitação, Sr. Alexandre Dinoá Duarte Guerra, para



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 09146/18

apresentação de defesa sobre os fatos apontados pela Auditoria, devendo os interessados serem citados, inclusive por via postal (AR).

Publique-se e cite-se.

TCE – Gabinete do Relator

João Pessoa, 17/05/2018

Assinado 18 de Maio de 2018 às 08:58



Cons. Subst. Antônio Cláudio Silva Santos

RELATOR